

Movimento Fenomenológico: Controvérsias e Perspectivas na Pesquisa Psicológica

Thiago Gomes de Castro

William Barbosa Gomes¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO - A repercussão do movimento fenomenológico na história da psicologia pode ser notada pelas persistentes tentativas de transposição do caráter eidético da fenomenologia para a análise sistemática de empiria. Nesse sentido, o conceito de redução fenomenológica, descrito pelo filósofo Edmund Husserl (1859-1938) e operacionalizado para a pesquisa psicológica, foi retomado como meio para investigar as tentativas de transição entre filosofia e psicologia. A revisão inclui três modelos de transposição metodológica, a saber: psicologia empírico-fenomenológica, fenomenologia experimental e neurofenomenologia. O trabalho enfatiza as diferenças epistemológicas entre modelos hermenêuticos e naturais no trabalho com dados de primeira pessoa. Conclui-se que um aprofundamento das discussões sobre as influências da fenomenologia à ciência psicológica seria oportuno e viável através do estudo da história desta intersecção.

Palavras-chave: fenomenologia; história; método.

Phenomenological Movement: Controversies and Perspectives on Psychological Research

ABSTRACT - The repercussion of the phenomenological movement on the history of psychology can be perceived by persistent attempts to import eidetic phenomenology features in the systematic analysis of empirical events. In this sense, the concept of phenomenological reduction, described by the philosopher Edmund Husserl (1859-1938) and technically defined for psychological research, was taken as a mean to investigate the attempts of transitions between philosophy and psychology. This review includes three models of methodological transposition: empirical phenomenological psychology, experimental phenomenology and neurophenomenology. Epistemological differences are emphasized between hermeneutic and natural models. The study concludes that a deeper discussion about the influence of phenomenology on the science of psychology would be opportune and appropriate through the study of the history of this intersection.

Keywords: phenomenology; history; method.

Estamos assistindo, nesta primeira década do século XXI, um reavivamento da teoria fenomenológica, pelo muito que ela tem a dizer às ciências cognitivas. Deste modo, nada mais oportuno do que explorar, nesta visita ao movimento fenomenológico, as transições de uma fenomenologia transcendental para uma psicologia empírica. Na transição o conceito que se destaca e que será o centro das nossas considerações é a redução fenomenológica. Por este prisma, acompanharemos a história do movimento fenomenológico, sempre cercado de controvérsias, mas impregnado de muitas perspectivas teóricas e metodológicas.

Quando se fala no método fenomenológico remete-se, quase invariavelmente, ao antigo conceito dos céticos gregos denominado de *epoché* que quer dizer abstenção ou suspensão das crenças. Por crença entende-se a persuasão de que algo contém caracteres de verdade. Assim, suspender as verdades pessoais pode gerar duas reações opostas. Uma reação negativa que é a idéia de vazio, de se perder a base,

de se afastar da referência na qual se acredita. Neste caso, a *epoché* seria um projeto impossível ou indesejado. A outra reação seria positiva porque contempla a leveza de se colocar a referência de lado e abrir-se ao que aparece como um novo que se apresenta. Para estes, a *epoché* é um desafio, mas um alento de ricas possibilidades. Como praticá-la? Quase sempre a *epoché* é tomada como sinônimo de redução fenomenológica, mas nem sempre o é. Temos então o problema do presente estudo que pode ser formulado nesta simples pergunta: o que é redução fenomenológica e como foi transportada para a pesquisa psicológica?

O texto está organizado em três partes. Na primeira apresenta a fenomenologia husserliana como uma análise do movimento intencional ou fluxo dos vividos da consciência. Na segunda mostra que a análise do movimento intencional se faz por meio da redução fenomenológica, por meio de movimentos reflexivos e de variação imaginativa. Na terceira parte destaca a utilização do método fenomenológico à pesquisa psicológica, com atenção às contribuições da *Duquesne University*, do exame das relações entre o método fenomenológico e as ciências em geral, e das discussões recentes sobre as relações entre a teoria fenomenológica e as ciências cognitivas.

¹ Endereço para correspondência: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rua Ramiro Barcelos 2600, sala 123. Porto Alegre, RS. CEP 90035-003. Fone (51) 3308-5115. E-mail: gomesw@ufrgs.br

Intencionalidade da consciência: caminhos para a redução fenomenológica

Conforme Husserl (1927), a fenomenologia foi definida de dois modos ao longo de sua obra. Na primeira apresentava-se como um novo método descritivo, que conduziria a uma ciência de fundação. É essa a definição que consta nas *Investigações Lógicas* – 1901/2001. Na segunda concepção Husserl inverteu a ordem e definiu fenomenologia como uma ciência de fundação ou uma filosofia científica rigorosa que, como consequência de sua aplicação, tornaria possível uma reforma metodológica em todas as outras ciências. Essa conotação, também denominada fenomenologia transcendental, foi assumida a partir do texto *A idéia da Fenomenologia* – 1907.

O objetivo da fenomenologia husserliana foi promover uma análise do movimento intencional ou fluxo dos vividos da consciência. Sob essa perspectiva, Husserl (1913/2006, 1901/2001) procurou compreender a consciência como propriedade ontológica do ser, inseparável da vivência do real. Nesse sentido, a consciência é sempre consciência de alguma coisa, uma vez que invariavelmente intenciona, dirige-se para alguma coisa, como uma condição relacional dos vividos (Husserl, 1913/2006). A novidade da proposta está na ruptura entre a lógica do vivido e a lógica dos fatos. A lógica dos fatos – *parte extra partes* – era uma decorrência da filosofia empirista de David Hume, na qual se propunha uma realidade factual, como princípio das relações de conhecimento, independente do sujeito percebido.

A fenomenologia husserliana foi então denominada como uma ciência de fenômenos (1913/2006). Sua investigação estaria voltada para as correlações possíveis entre ato intencional, significação e objetos da consciência, sem, contudo, se amparar em sistemas teóricos pré-definidos sobre uma natureza psicofísica da consciência (Husserl, 1907/2000). Husserl buscava realizar uma “filosofia do retorno às coisas mesmas”, isto é, proceder a uma descrição do aparecimento dos fenômenos à consciência.

Com a consciência intencional, lançou as bases do entendimento perspectivo e indutivo da reflexividade e consciência humana, distanciando-se da consciência absoluta e separada do mundo. Conforme ressalta Husserl (1913/2006), somente através da ampliação do conceito de intencionalidade é que a fenomenologia poderia se diferenciar. Amparando-se apenas na *intencionalidade de ato*, referente às direções do juízo e às tomadas de posição voluntária, a fenomenologia não se distinguiria da inteligência clássica que buscou avaliar as naturezas verdadeiras e imutáveis do fato natural, apartada da experiência.

Seria necessário à nova tradição filosófica reportar-se à intencionalidade da consciência desde sua relação ao mundo, constitutiva da unidade natural e antepredicativa mundo-vida, sobre a qual apareceriam os atos judicativos no mundo (Husserl, 1929/2001). Por antepredicativa entende-se aquela condição subjetiva que não se sustenta nem na relação causal e nem numa significação atribuída. É da *intencionalidade operante* que Husserl busca aproximar-se, a partir do exercício compreensivo de descrição da intenção total presente na relação às coisas (Husserl, 1913/2006). Dessa intencionalidade escapariam as objetivações conceituais da verdade natural. A compreensão da dimensão operante da

intencionalidade recairia, em última instância, no exercício de desvelamento do sentido da consciência intencional aos fenômenos percebidos.

Dito de outra forma, a análise da intencionalidade da consciência, como queria Husserl em seu método fenomenológico, procurava contemplar a relação significada e idiossincrática entre sujeito e mundo, revogando a orientação investigativa explicativa (orientação natural), externa ao fluxo das vivências intencionais. Este processo idiossincrático, circunscrito à esfera da percepção, envolve para a fenomenologia dois níveis: a intuição – que se refere a um processo pelo qual apreendemos processualmente um objeto qualquer solicitando para tanto uma variação imaginativa sobre as possibilidades de evidência deste fenômeno – e a reflexão – processo sistematizado e comunicativo da apreensão imediata. Pode-se sintetizar que a ciência para Husserl deveria se estabelecer na descrição do retorno reflexivo e intuitivo intencionais às essências constituintes do aparecimento dos fenômenos à consciência (Husserl, 1913/2006).

O projeto de ciência de rigor defendido por Husserl só poderia se concretizar mediante a transição de uma orientação investigativa natural para uma orientação fenomenológica. O viés defendido pela ciência do início do século XX encabeçaria, conforme Husserl (1936/1989), uma distorção da práxis investigativa e um descaminho sobre a experiência do conhecer. A proposta do filósofo frente este cenário previa uma reversão da suposição da realidade objetiva para a descrição dos modos de significação humanos. O recurso lógico e atitudinal necessário a esta mudança de orientação é nomeado genericamente de redução fenomenológica.

Os encaminhamentos teóricos deixados pelos herdeiros da fenomenologia correspondem a alterações significativas no projeto inicial do pensamento de Husserl, em especial a sua filosofia transcendental (Kockelmans, 1994). Por um lado, Husserl buscou uma ciência rigorosa da consciência com implicações renovadoras para a epistemologia das ciências. De outro lado, a influência do filósofo fez-se notável na ampliada revisão empreendida por seus seguidores nos campos da ontologia (Martin Heidegger), metodologia (Max Scheler) e ética (Emmanuel Lévinas).

Reduções fenomenológicas: princípio lógico da fenomenologia husserliana

Uma primeira versão da redução fenomenológica foi apresentada por Husserl pela primeira vez em 1905 nas chamadas *Folhas de Seefeld*² (Husserl, 1907/2000), mas foi em 1907, com a publicação da *Idéia da Fenomenologia*, que o conceito assumiu uma forma mais clara. Nessa obra, a redução fenomenológica foi descrita como procedimento lógico necessário para o retorno da reflexão à consciência pura e lá observar como os objetos da percepção se constituem.

Como se pode ver, o conceito de redução fenomenológica foi criado como uma ferramenta lógico-filosófica, baseada no pressuposto da intencionalidade da consciência. Almejava com isto estabelecer um projeto de ciência primeira, na

2 Presente no Arquivo Husserl de Louvain na Bélgica, não traduzido para o português.

qual se descrevesse a essência da relação entre consciência e fenômenos. O objetivo final, assumindo-se a redução, seria promover uma alteração de orientação na edificação das relações de conhecimento empírico entre sujeito e objeto.

Já em 1913, o conceito da redução fenomenológica foi introduzido como elemento central do método fenomenológico. A redução é, em termos gerais, definida no texto como a exclusão do transcendente à consciência em geral. Ou seja, a exclusão de uma existência a admitir por uma vigência a qual não se tem como percebido o acesso evidente. De acordo com Fouche (1984) o conceito carrega aí dois passos lógicos: um negativo, a *époché*, que é a suspensão de pressuposições sobre um fenômeno intencionado; e um passo positivo, o exame descritivo do fenômeno em busca das essências constitutivas de sua aparência. Deve-se ressaltar, entretanto, que a compreensão dessa definição ampara-se no projeto metodológico de Husserl (1913/2006), onde se destacam, conforme será detalhado adiante, os níveis processuais para a efetivação da redução. Afora o caráter processual, o conceito é ainda definido de forma heterogênea ao longo da obra do filósofo. É, portanto, difícil argumentar em defesa de uma forma estrita de redução.

Sabe-se que o fundamento da prática redutiva visa, em última análise, o acesso à consciência pura e imanente das coisas (Husserl, 1907/2000; 1913/2006). No entanto, como indica Kern (1993), há uma variação na redução, quando contextualizada ao longo da obra do filósofo. Conforme Kern, os modos aparentemente distintos de se proceder a redução fenomenológica correspondem aos seguintes períodos: 1) o modo cartesiano – discutido em *A idéia da Fenomenologia* (Husserl, 1907/2000), e vinculado à defesa de uma fenomenologia transcendental; 2) o modo da psicologia da intencionalidade – descrito inicialmente na Conferência *Erste Philosophie* (1923) e continuado na conferência *Psicologia Fenomenológica* (1925), em que se pretende um diálogo entre a ciência de fundação/fenomenologia e a psicologia empírica, e 3) o relativo à crítica às ciências positivas ou modo ontológico – presente na Crise das Ciências Europeias (Husserl, 1936/1989). Segundo o autor, é ponto invariável entre esses modos a asserção de que qualquer redução fenomenológica deve se estabelecer com base no que é evidente da experiência de pensar e conhecer. Nessa medida, apenas a experiência vivida deve ser reconhecida como a esfera onde a fenomenologia pode se realizar completamente.

Antecipando a discussão sobre a literatura de psicologia empírico-fenomenológica, vale destacar que quando Husserl é referenciado na seção método das pesquisas empíricas indica-se geralmente a adoção da redução pela consulta à obra *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica* de 1913. Ou seja, os psicólogos tendem a recorrer às prescrições do modo cartesiano redutivo de Husserl, embora admitam a utilização de filósofos existencialistas para a composição do argumento interpretativo de seus resultados. É pela preferência ao modo cartesiano na adoção da redução fenomenológica que este será aqui focado.

No modo cartesiano, a redução desponta como recurso argumentativo inicial para se evitar o deslocamento da evidência de um fenômeno à consciência para sua dimensão transcendental, não acessível à experiência imediata. Sendo assim, reiterando, todo transcendente, sendo uma verdade a

que não tenho acesso imediato, seria suspenso em função da descrição tão somente daquilo a que tenho acesso experiential, o imanente. Conforme frisa Husserl nesta fase:

“Fazer do conhecimento um dado evidente em si mesmo e querer aí intuir a essência da sua efetuação não significa deduzir, induzir, calcular, etc., não significa inferir novas coisas com fundamento a partir de coisas já dadas ou que valem como dadas” (Husserl, 1907/2000, p.26).

Contudo, o conceito aparece em 1907 ainda como uma idéia a ser desenvolvida com maior atenção. Ou seja, aparece como princípio possível para a efetivação da transição das orientações natural e fenomenológica, mas ainda sem uma sustentação lógica sobre como realizar tal transição. Em 1907 Husserl vislumbra o projeto da redução fenomenológica como método universal e radical pelo qual o “eu” se percebe como “eu puro”, com a vida de consciência pura que é própria a um sujeito. Mas é apenas em 1913 que a noção assumirá configurações mais explícitas e seguras, uma vez que Husserl consolidou em suas *Idéias I* a proposição de um método. A redução, nesse contexto, se desdobrará em modalidades de redução, embora o autor permaneça na esfera das digressões epistemológicas, apartado de prescrições técnicas com fins de análise de empiria.

A operação lógica da redução, como Husserl a propõe em 1913, não se restringe às recomendações de 1907 quanto à suspensão de crenças e a busca de essências na realidade fenomenal das coisas. Esta orientação é, sem dúvida, o entendimento inicial do movimento redutivo. No entanto, o autor descreve em 1913 o recurso como uma série progressiva de reduções, até que se alcance o movimento essencial da subjetividade pura. Em sua concepção filosófica, a redução fenomenológica primordial, que é a da alteração da orientação natural para a fenomenológica, se desdobrará em reduções secundárias (Husserl, 1913/2006), a saber: redução fenomenológica psicológica, redução eidética, e redução fenomenológica transcendental.

Na redução fenomenológica psicológica pretende-se uma suspensão do mundo já valorado pela consciência, mas não a suspensão do sujeito empírico. Mais especificamente, não se nega nesta modalidade o valor da descrição da experiência empírica do sujeito, mas antes o valor natural explicativo vigente sobre o fenômeno experienciado.

Na redução eidética, os fenômenos dados à consciência são reduzidos à sua essência, partículas constituintes de sua evidência. Nessa etapa, Husserl sugere a adoção de um procedimento que nomeia variação imaginativa livre, no qual seriam suscitadas variações evidentes possíveis de um fenômeno a fim de descobrir os limites de sua identidade expressiva. Em outros termos, seria a atitude de modificar os elementos essenciais de um fenômeno para então verificar se o mesmo é ainda reconhecível. Conforme Giorgi (1997), a utilização desse procedimento no contexto empírico depende da habilidade do pesquisador no exercício da ficção, sendo a multiplicação das possibilidades o pré-requisito da identificação das particularidades imutáveis de um fenômeno.

Na redução fenomenológica transcendental suspende-se simultaneamente, o sujeito empírico e o mundo, de modo a investigar a correlação entre a idealidade do mundo e a

idealidade da consciência do mundo (Patočka, 1976). O que ocorre nesta redução é a pressuposição de um ato significativo com intenção universal. Essa intenção pode ser preenchida em certos casos pela intuição que se move da percepção individual e particular para a generalidade aplicativa ao percepto enquanto tal (a coisa em si) que pode ocorrer em qualquer tempo e lugar. Alcança-se, então, a estabilidade universal de uma propriedade ou essência, enquanto eidos. Por exemplo, é o movimento abstrativo do vermelho enquanto a cor percebida em uma rosa, para o vermelho enquanto uma cor universal. Durante a primazia do existencialismo à fenomenologia, a condição transcendental da consciência foi subestimada, mas é uma característica básica da teoria de Husserl.

Husserl (1913/2006) indica que uma investigação sobre determinado fenômeno deve atrelar-se a uma postura permanente do investigador quanto à consciência do sentido de sua própria investigação. Dessa forma, a orientação das reduções fenomenológicas deve se estabelecer como uma atitude permanente, e não como um ato temporário. Não deve sucumbir à ordem da explicação com fins de validação de enunciados generalistas, mas permanecer aberto ao possível às alternativas intuitivas de encontro com a objetividade.

Ainda no período cartesiano, o autor tentou solucionar filosoficamente a recusa do mundo empírico em detrimento da vivência imanente da consciência. Para tanto sugeriu uma divisão entre as noções de “eu” psicológico e “eu” transcendental (Husserl, 1929/2001). O “eu” psicológico corresponde àquele que se percebe intuitivamente como homem natural e serve como objeto às ciências naturais, como a psicologia empírica. O “eu” transcendental, possível via redução fenomenológica, não é parte empírica do mundo como um complexo de dados sensoriais ou de atos psíquicos, mas antes uma inerência do sentido próprio do mundo para o “eu” intencional. Ou seja, seria a dimensão essencial da posição do ego em relação às vivências intencionais.

O projeto transcendental de Husserl, em especial a suspensão plena dos pré-julgamentos, foi criticado em sua origem. Segundo o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) “O maior ensinamento da redução é a impossibilidade de uma redução completa” (1945/1999, p.8), desde que o sujeito é situado no mundo, não sendo possível se desconectar de sua realidade empírica. Merleau-Ponty critica o espírito absoluto da consciência purificada de Husserl, na qual os atos intencionais livremente doam significações, substituindo o mundo pela significação mundo. De certo modo, o filósofo francês anuncia a falha de Husserl em tentar emparelhar os pólos sujeito e objeto através da consciência reflexiva (Damon, 2005). No entanto, reconhece a importância da redução fenomenológica como recurso lógico essencial para reorientar a ciência empírica às dimensões da vivência e significação subjetivas. O trabalho de Merleau-Ponty exerceu forte influência na releitura da fenomenologia pelos projetos de psicologia empírico-fenomenológico descritos a seguir.

Merleau-Ponty buscou eliminar qualquer espécie de idealismo em sua filosofia. Nesse sentido, o sujeito não submete o mundo segundo um afastamento descritivo-reflexivo tal como pode sugerir a fenomenologia transcendental. Há em Merleau-Ponty um reconhecimento da união primordial, pré-reflexiva, entre sujeito e mundo, de

modo que a carne do sujeito é também carne do mundo (Damon, 2005). Na obra *Fenomenologia da Percepção* de 1945, Merleau-Ponty aponta para uma diferença entre sua concepção de “eu” e o “eu” husserliano. Para o filósofo francês, o “eu” não é naturante, ou seja não é consciência como em Husserl. Por conseguinte não é um espetáculo privado, uma vez que se põe a mostra a outrem. O mundo, por sua vez, não é o das significações da consciência intencional, mas o da troca das múltiplas perspectivas que outros sujeitos têm sobre ele.

Thompson (2007) relembra que os existencialistas evitaram os problemas da redução transcendental substituindo transcendência por existência, claramente indicados nas sínteses dos passos reflexivos da fenomenologia. Por exemplo, comparando-se os passos fenomenológicos em Merleau-Ponty (1945/1999) com os passos husserlianos (Husserl, 1913/2006) verifica-se que para o francês o primeiro passo seria a *Epoché* ou a suspensão de crenças no mundo, sendo o segundo passo a redução eidética ou a especificação das essências dos qualificantes da experiência. No terceiro passo é que a modificação aparece com toda força. A redução transcendental ou elucidação da intencionalidade é substituída pela interpretação dos significados emergentes. Foi essa reformulação das reduções que ensinou a aplicação desta lógica à pesquisa empírica.

Para Küng (1975), ainda que buscando reformular os pressupostos lógicos legados por Descartes às ciências empíricas, Husserl manteve-se consistentemente na análise metafísica da reflexividade como Descartes havia feito. A mudança do entendimento transcendental de Husserl para a noção enraizada na experiência ocorreu tardiamente pela ruptura com a influência de Descartes. Através da noção mundo da vida (*Lebenswelt*), Husserl iniciou uma incursão nas interferências contextuais, existenciais e intersubjetivas para a compreensão da relação intencional consciência-mundo. Com efeito, o mundo da vida ofereceu um novo horizonte reflexivo às ponderações iniciais do período transcendental, transformando-se no ponto de partida para o existencialismo que o seguiu. É dessa fase o texto *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental* (1936/1989), no qual aborda as implicações da intersubjetividade para a investigação das relações humanas e a sistematização do conhecimento.

Em uma conferência proferida em Londres em 1922, sobre o método fenomenológico e a filosofia fenomenológica, Husserl afirmou que o seu interesse principal era a multiplicidade expressiva de sujeitos conscientes comunicando-se uns com os outros (Lanigan, 1997). Em termos técnicos, a análise fenomenológica deveria confrontar os elementos constituintes do fenômeno consciente com a estrutura geral dos modos de intuição. Esse processo não implicaria uma dissecação do fenômeno, mas distinguiria seus constituintes, examinando as relações e conexões com fenômenos adjacentes, e com o próprio sentido geral intuído.

Serão expostas a seguir três tentativas de diálogo entre fenomenologia eidética e psicologia empírica. Todos os exemplos listados recorreram, em alguma medida, a fragmentos da teoria husserliana e por esse motivo servirão de fonte para a discussão da transposição eidético-empírico na fenomenologia.

Influências do método fenomenológico para a pesquisa em psicologia

Segundo Giorgi (2006), a psicologia empírica de base fenomenológica, como descrita pelos psicólogos, herdou postulados da fenomenologia de Husserl, tais como o cuidado descritivo dos fenômenos, a redução fenomenológica e a procura por essências. A transição do eidético para o empírico na fenomenologia se concretizou primeiramente nas mãos do filósofo alemão Max Scheler (1874-1928). O método transcendental de Husserl foi adaptado por Scheler para ser utilizado na investigação das formas expressivas. O foco da pesquisa foi a fala, entendida por Scheler como expressão concreta de uma intencionalidade (Spiegelberg, 1982).

Segundo Spiegelberg (1982), a fenomenologia foi apropriada pelas ciências humanas, genericamente, em torno de sete passos metodológicos característicos. São eles: 1) investigação de um fenômeno particular, 2) investigação de essências gerais, 3) apreensão de relações essenciais entre constituintes do fenômeno, 4) observação de modos de aparecimento do fenômeno, 5) observação da constituição do fenômeno na consciência, 6) suspensão de crenças na existência do fenômeno, e 7) interpretação do significado do fenômeno. De acordo com o autor, os três primeiros passos foram amplamente aceitos e aplicados por praticamente todos que se alinhavam, na primeira metade do século XX, com o movimento fenomenológico.

Na pesquisa empírica, Spiegelberg (1982) apontou que a redução fenomenológica não é um procedimento adotado uniformemente por todos os pesquisadores que trabalham com o método fenomenológico. Isso ocorre, segundo o autor, porque mesmo em sua fonte o conceito nunca foi definido de maneira não ambígua ou definitiva. Este pode ter sido, conforme aponta Giorgi (2006), um dos problemas encontrados para a criação de uma psicologia empírico-fenomenológica como abordagem sólida na psicologia.

O grupo da Duquesne University: sistematização técnica dos postulados lógicos

Conforme Stevens (2000), os estudos da *Duquesne University* representam a tentativa mais explícita de se desenvolver um método fenomenológico sistematizado para a pesquisa em psicologia. O movimento fenomenológico iniciado pela *Duquesne University* nas décadas de 1960 e 1970 alcançou níveis de organização metodológica e de prática de pesquisa mais próximos à tradição filosófica do que a fenomenologia herdada pela *Gestalt* e o Humanismo. Este grupo de pesquisadores destacou-se pelo alto valor concedido à redução fenomenológica, indo além de uma perspectiva puramente descritiva de pesquisa. O preceito da redução foi traduzido empiricamente por este grupo como a procura de constituintes invariáveis ou elementos essenciais na estrutura experiencial de um sujeito.

Um marco histórico dos primeiros trabalhos empíricos com o referencial fenomenológico publicado por esse grupo nos EUA foi o artigo “Análise fenomenológica exemplificada por um estudo da experiência de se sentir realmente compreendido” (1959), escrito por pelo Psicólogo Adrian Van Kaam

(1920-2007). A *Duquesne University* representou o espaço onde tal programa de pesquisa alcançou níveis profícuos na divulgação da fenomenologia na psicologia acadêmica. Conforme Moreira (2002), o método de Van Kaam concentra-se na investigação das essências do fenômeno experienciado por um sujeito, mas não chega a mencionar a suspensão fenomenológica ou *epoché*.

Nota-se nesse movimento uma tendência metodológica de organização do material através do contraste entre compreensão geral do texto e seus elementos temáticos essenciais constituintes da expressividade. Nesse sentido, preza-se pela análise descritiva e compreensiva da experiência alheia, praticando-se o método da variação imaginativa livre. Contudo, as análises não submetem o pesquisador a uma avaliação prévia de suas crenças sobre o fenômeno em investigação. A adoção do reconhecimento de posições pessoais perante um tema em investigação poderia auxiliar na suspensão dessas interferências no momento da coleta e leitura do material.

Igualmente amparado nessa tradição de pesquisa, Giorgi (1985) descreveu cinco procedimentos técnicos a serem adotados na análise de depoimentos experienciais. O primeiro passo refere-se à leitura cuidadosa do material obtido em uma situação de pesquisa para se garantir um sentido geral do conteúdo expressado por um participante. No segundo passo esse material, que foi previamente transcrito, é dividido em unidades de sentido, definidas com base no contexto geral de enunciação do texto. O terceiro passo consiste da transformação do enunciado vivencial do participante em linguagem psicológica, conforme a perspectiva adotada pelo pesquisador. No quarto passo, após o processo de transformação da linguagem, as unidades de sentido são sintetizadas para criar um retrato descritivo das características intencionais de vivência de um determinado participante. Por fim, as sínteses individuais são comparadas entre si com o objetivo de estabelecer similaridades e diferenças entre os constituintes de significação em um grupo de indivíduos. Giorgi indica a necessidade de se proceder cuidadosamente a redução fenomenológica em suas dimensões suspensiva e eidética.

Se de um lado o movimento da *Duquesne* abriu frentes para a difusão do método, por outro foi radical na defesa de uma psicologia fenomenológica estrita, dificultando o diálogo com as demais abordagens (Gauer, Gomes & Holanda, 2004). Outras tentativas de transposição da fenomenologia para a psicologia parecem ter encontrado a mesma dificuldade de se estabelecer no cenário das práticas de pesquisa, mas por diferentes motivos, como foi o caso da experimentação e da naturalização.

A fenomenologia experimental e o estudo da percepção

Diferentemente da escola da *Duquesne University*, a fenomenologia experimental enfatizou a criação de um programa de ensino. Tal investida teve por base a ilustração dos princípios fenomenológicos via prática experimental (Ihde, 1977/1986). Tarefas como a apresentação de estímulos que geram ilusão cinestésica (Nielsen, 1963), figuras reversíveis à percepção (ex. Cubo de Necker) e objetos visuais multi-estáveis (ex. filmes) servem de exemplo para a demonstração de alguns princípios fenomenológicos. Incluem-se aí o estudo

do perspectivismo da intencionalidade da consciência, e a utilização da redução fenomenológica para a análise descritiva de protocolos empíricos.

A lógica do inquérito fenomenológico no contexto experimental é possibilitar permanentemente uma leitura da realidade perceptiva sem limites prévios que definam a rigor suas propriedades funcionais possíveis. Neste cenário, suspender as crenças sobre um determinado fenômeno é necessário para abrir as possibilidades do visível aos seus elementos topográficos e estruturais (Ihde, 1977/1986). Seria a própria transição da atitude natural para a fenomenológica, conforme os termos husserlianos.

Em relação às propriedades metodológicas da fenomenologia experimental, Ihde (1977/1986) argumenta que a abordagem é um movimento de descoberta reflexiva sobre um determinado fenômeno. Inicia pelo que é aparentemente dado à percepção visual e, através da investigação das variações estruturais desse fenômeno, progressivamente desconstrói a evidência inicial para então reconstruí-la. Em outros termos, o método requer procedimentos analíticos para ressignificar o contato natural estabelecido inicialmente com um fenômeno. Nesse espectro a suspensão de crenças (*epoché*) sobre o fenômeno enfocado é assumida como recurso de abertura para a descoberta do evidente. A *epoché* também serve para excluir generalizações e abstrações que possam ser aplicadas ao fenômeno percebido visualmente.

Contudo, o recurso lógico que propiciará a desconstrução efetiva de um entendimento natural sobre dado fenômeno é o método de variação imaginativa livre, que visará às estruturas da aparência do fenômeno. De acordo com Ihde (1977/1986), este recurso não é desconhecido por outros sistemas teóricos. No entanto, o emprego sistemático de variações estruturais livres, definida pelo autor como uma regra hermenêutica, é o aparato metodológico central na investigação fenomenológica.

Na versão experimental o uso da variação deve ser apenas interrompido quando o número de observações das variâncias do fenômeno encontra uma saturação conforme os objetivos empíricos traçados na pesquisa. Tem-se aí o entendimento da fala ou percepção como processos psicológicos básicos, o que de outro modo – como no movimento da *Duquesne University* – não se observa. Em uma tentativa sólida, mas não perene, a fenomenologia experimental se aproximou às aspirações do filósofo Husserl quanto a reaproveitar a psicologia experimental para reconstruir a lógica analítica da ciência da subjetividade.

A naturalização da fenomenologia e o projeto das ciências cognitivas

Uma terceira tentativa de aproximação entre fenomenologia e método científico é a recente via da naturalização. No escopo desse programa encontram-se dois projetos principais antagônicos de utilização do relato de experiências em pesquisas de neurocognição. O primeiro projeto, nomeado Heterofenomenologia, consiste na investigação convencional do cérebro e do comportamento, incluindo relatos de experiência de participantes (Dennett, 2003). Respalda-se no entendimento objetivo dos relatos de experiência, permitindo

aos colaboradores do experimento interagir verbalmente, fazer sugestões, e contar como é experienciar aquela situação experimental específica.

Na Heterofenomenologia, contudo, o valor empírico desses relatos não pode ser confundido com o que realmente acontece nos processos cerebrais, uma vez que os sentimentos dos participantes não seriam representações corretas e confiáveis nessa perspectiva. Ou seja, a natureza qualitativa das crenças na experiência seria falsa. Embora Dennett não negue a existência da consciência, ele rejeita a consciência subjetiva dos fenômenos (Velmans, 2007). A Heterofenomenologia descartaria, portanto, os auto-relatos como um novo dado a ser analisado pela pesquisa científica.

De modo distinto, o segundo modelo de naturalização vem sendo desenvolvido pelas ciências cognitivas com o objetivo de reunir descrições fenomenológicas e matemática neurofuncional no mesmo nível formal de análises, no que se tem reconhecido como o projeto da Neurofenomenologia (Lutz & Thompson, 2003). Essa vinculação almeja substituir as explicações baseadas em metáfora da mente ou processamento de informações para compreender empiricamente o funcionamento integrado da consciência.

Nesse projeto estão envolvidos três estágios: 1) o estágio fenomenológico que envolve o exame de dados e a determinação de invariantes descritivas desses dados (onde se situa uma nova modalidade de redução fenomenológica); 2) o estágio matemático, que busca formular um modelo dinâmico em relação aos estados cognitivos, e a subsequente correlação das invariantes estruturais fenomenológicas com as dinâmicas neurais; e 3) ao final, concluindo a naturalização, interpretar as invariantes fenomenológicas via algoritmos matemáticos (Roy, Petitot, Pachoud & Varela, 1999).

Desse modo, as ciências buscam solucionar uma antiga lacuna entre o caráter fenomenal da experiência – dados de primeira pessoa – e a natureza física e observável do cérebro/corpo – dados de terceira pessoa. Para Depraz, Varela e Vermersch (2006) a prática da redução fenomenológica na Neurofenomenologia deve ser traduzida em três fases técnicas: 1) suspensão pré-judicativa (ruptura com atitude natural), 2) uma fase de conversão da atenção do “exterior” para o “interior”, e 3) uma fase de deixar vir, ou de acolhimento da experiência. Segundo os autores, a tomada de consciência gradual e tematizada de um fenômeno ocorreria pela ligação entre essas fases.

Nota-se que essa prescrição técnica orienta-se ao sujeito da experiência, isto é, àquele que irá relatar sua experiência aos pesquisadores. Nesse caso, os participantes são treinados no método fenomenológico para que suas descrições de experiência reflitam exatamente o que sentiram ao longo dos protocolos de pesquisa. Na etapa de análise dessas descrições Depraz e cols. (2006) defendem o estatuto pragmático de comparação entre auto-relatos e fluxos neurofuncionais. Os autores criticam as práticas analíticas pautadas no enfoque hermenêutico, que, em sua execução, estariam comprometidas com interpretações livres e a perpetuação da lógica do comentário.

A inclusão dos auto-relatos na perspectiva da Neurofenomenologia confere um valor de empiria elevado à experiência subjetiva, retomando algumas das preocupações epistemológicas principais da fenomenologia husserliana.

Todavia, as adequações teóricas necessárias à naturalização da fenomenologia merecem atenção especial acerca do estatuto da redução fenomenológica nesse contexto (DeCastro & Gomes, 2008).

Considerações Finais

Os trabalhos de Husserl serviram à psicologia do século XX como reflexão cuidadosa sobre os modos de investigação da subjetividade. Em especial, frisou a necessidade de reformas na condução da investigação científica, através da revisão do conceito de consciência e fato psicológico. Contudo, isto não parece ter sido suficiente para uma mudança no programa epistêmico empiricista.

Os três modelos vislumbrados de transposição da lógica transcendental husserliana para a prática empírico-científica não aparentam ter alcançado, ou mesmo almejado uma reforma epistêmica sólida. No caso específico da *Duquesne University* é possível avaliar que sua realização empírica de fenomenologia serviu de base para a construção de um sistema organizador de protocolos descritivos de auto-relatos. Não foi, contudo, bem sucedida na explanação dos recursos interpretativos inerentes a sua catalogação de unidades temáticas. Em outros termos, manteve obscura a passagem da descrição à compreensão fenomenológica, por não assumir o viés hermenêutico presente na sua definição de unidades de sentido (fase intermediária do modelo técnico).

Além disso, esta escola se restringiu ao conteúdo vivencial dos relatos, contradizendo a própria auto-crítica realizada por Husserl (1901/2001) quanto sua versão de psicologia descritiva nas *Investigações Lógicas*. Seria, portanto, mais importante, conforme o projeto fenomenológico, alcançar o movimento da intencionalidade pré-reflexiva do que se ater aos conteúdos significados da experiência cotidiana. Em suma, o protocolo técnico da psicologia da *Duquesne* foi importante para a rediscussão dos métodos qualitativos de pesquisa em psicologia, porém não buscou a análise efetiva do movimento intencional da consciência.

Em relação aos critérios de redução para o intercâmbio entre referência e significado encontram-se constantes críticas ao método fenomenológico de pesquisa como um todo. Isto porque a mediação empregada no trabalho com os dados empíricos pode estar submetida a alguma forma de enviesamento do pesquisador, com vistas a confirmação de hipóteses. Conforme os padrões de pesquisa científica, esta característica dificultaria a uniformização técnica da redução fenomenológica para aplicação em diferentes contextos de análise. Restringindo, portanto, o controle e a replicação do método.

Em análise dessas dificuldades, Noë (2007) avalia que a tradição husserliana concebe a reflexão do sujeito experiencial apartada dos acontecimentos empíricos circundantes à experiência subjetiva. Preocupa-se excessivamente com o sistema lógico de composição das essências no espírito humano. Tal característica, iminentemente transcendental, levaria a um isolamento epistemológico da fenomenologia de Husserl. Como se houvesse uma clara divisão entre a lógica autônoma da constituição da percepção – fenomenologia pura – e o projeto empiricista de análise dos processos e funções

cognitivas. Destarte, de um lado posiciona-se o argumento do desvelamento das relações intencionais entre consciência e fenômenos individualizados por esta consciência (fenomenologia husserliana); e de outro, as teses propositivo-explicativas das características invariáveis da natureza da consciência, onde se situa o projeto da naturalização pelas ciências cognitivas.

Parecem, portanto, se destacar duas linhas de argumentação conflitantes sobre as possíveis relações entre fenomenologia e ciências empíricas. De um lado, se o objetivo das ciências empíricas foi buscar inspirações metodológicas para praticar fenomenologia como um recurso técnico, tal empreendimento já alcançou resultados. Contudo, se o interesse for estabelecer um novo programa científico, com definições lógicas claras e diferenciadas, como queria Husserl, esbarra-se invariavelmente em um conflito paradigmático sobre critérios de acesso à verdade.

Sendo assim, ao invés de fazer uma defesa pelo modo husserliano ou filosófico de psicologia fenomenológica, parece ser mais profícuo rever as várias influências que o método tem trazido à psicologia, desde que filosofia e psicologia possuem interesses distintos. Nessa medida, cabe propor um estudo da fenomenologia através de sua história de intersecções com a psicologia e os acréscimos obtidos nos campos da pesquisa e teoria.

Referências

- Damon, L. (2005). A crítica da razão na fenomenologia de Merleau-Ponty: palestra 5. In B. Prado Jr. (Ed.), *Ciclo de palestras sobre subjetividade e linguagem*. DVD. São Carlos: EdUFSCar.
- DeCastro, T. G., & Gomes, W. B. (2008). Fenomenologia naturalizada: o estatuto husserliano e as ciências cognitivas. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 1, 136-147.
- Dennett, D. (2003). Who's on first? Heterophenomenology explained. *Journal of Consciousness Studies*, 10(9-10), 19-30.
- Depraz, N., Varela, F., & Vermersch, P. (2006). A redução à prova da experiência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 58, 75-86.
- Fouche, F. (1984). Is the phenomenological reduction of use to the human scientist? *Journal of Phenomenological Psychology*, 15(2), 107-124.
- Gauer, G., Gomes, W., & Holanda, A. (2004). Psicologia humanista no Brasil. Em Massimi, M. (Ed.), *História da Psicologia no Brasil do Século XX* (pp. 87-104). São Paulo: Editora E.P.U.
- Giorgi, A. (1985). *Phenomenology and Psychological Research*. Pittsburgh: Duquesne University Press.
- Giorgi, A. (1997). Sobre o método fenomenológico utilizado como modo de pesquisa qualitativa nas ciências humanas: teoria, prática e avaliação. In J. Poupart (Ed.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 386-409). Petrópolis: Editora Vozes.
- Giorgi, A. (2006). Difficulties encountered in the application of the phenomenological method in the social sciences. *Análise Psicológica*, 24, 353-361.
- Husserl, E. (1927). *Phenomenology*. Verbete para a Enciclopédia Britânica. Tradução para a língua inglesa revisada por Richard Palmer em 1971.

- Husserl, E. (1989). *La crise des sciences européennes et la phénoménologie transcendentale*. Paris: Gallimard. (Trabalho original publicado em 1936)
- Husserl, E. (2000). *A idéia da fenomenologia*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1907)
- Husserl, E. (2001). *Logical Investigations*. Florence: Routledge. (Trabalho original publicado em 1901)
- Husserl, E. (2001). *Meditações Cartesianas: introdução à fenomenologia*. São Paulo: Editora Madras. (Trabalho original publicado em 1929)
- Husserl, E. (2006). *Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. São Paulo: Idéias & Letras. (Trabalho original publicado em 1913).
- Ihde, D. (1986). *Experimental phenomenology: An introduction*. New York: Putnam. (Trabalho original publicado em 1977)
- Kern, I. (1993). The three ways to the transcendental phenomenological reduction in the philosophy of Edmund Husserl. In R. Bernet (Ed.), *Introduction to Husserlian Phenomenology* (pp. 126-149). Chicago: Northwestern University Press.
- Kockelmans, J. (1994). *Edmund Husserl's Phenomenology*. Chicago: Purdue University Press.
- Küng, G. (1975). The phenomenological reduction as epoche and explication. In R. Bernet (Ed.), *Introduction to Husserlian Phenomenology* (pp. 338-349). Chicago: Northwestern University Press.
- Lanigan, R. (1997). Capta versus data: método e evidência em comunicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 17-45.
- Lutz, A., & Thompson, E. (2003). Neurophenomenology: integrating subjective experience and brain dynamics in the neuroscience of consciousness. *Journal of Consciousness Studies*, 10(9-10), 31-52.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1945).
- Moreira, D.A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- Nielsen, T. I. (1963). Volition: a new experimental approach. *Scandinavian Journal of Psychology*, 4, 225-230.
- Noë, A. (2007). The critique of pure phenomenology. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, 6(1-2), 231-245.
- Patočka, J. (1976). The husserlian doctrine of eidetic intuition and its recent critics (F. Ellinston & P. McCormick, Trans.). In F. Ellinston & P. McCormick (Eds), *Husserl: Exposition and appraisals* (pp. 150-159). Notre Dame: University of Notre Dame Press.
- Roy, J.-M., Petitot, J., Pachoud, B., & Varela, F. (1999). Beyond the gap: an introduction to naturalizing phenomenology. In J. Petitot, F. Varela, B. Pachoud, & J.-M. Roy (Eds.), *Naturalizing Phenomenology: Issues in contemporary Phenomenology and Cognitive Sciences* (pp. 1-80). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Spiegelberg, H. (1982). *The phenomenological movement: a historical introduction*. Boston: Martinus Nijhoff.
- Stevens, R. (2000). Phenomenological approaches to the study of conscious awareness. In M. Velmans (Ed.), *Investigating Phenomenal Consciousness. New methodologies and maps* (pp. 99-125). Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Thompson, E. (2007). Cognitive science and human experience. In E. Thompson, *Mind in life: biology, phenomenology, and the sciences of mind* (pp. 3-15). Cambridge: Harvard University Press.
- Velmans, M. (2007). Heterophenomenology versus critical phenomenology. *Phenomenology and Cognitive Science*, 6(1-2), 221-230.

Recebido em 25.09.2009

Primeira decisão editorial em 08.07.2010

Versão final em 20.07.2010

Aceito em 17.08.2010 ■